

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS**

3T2023

CEMIG

SUMÁRIO

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	1
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	17
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	18
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	20
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	21
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	23
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	23
11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	23
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	25
13. INTANGÍVEL.....	25
14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	26
15. ARRENDAMENTOS.....	27
16. FORNECEDORES.....	28
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	29
18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	29
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	32
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	32
21. PROVISÕES.....	33
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	38
23. RECEITA LÍQUIDA.....	40
24. CUSTOS E DESPESAS.....	43
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	46
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	46
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	48
28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS.....	53
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	55
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELOS DIRETORES.....	57
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	58

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)
 (As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

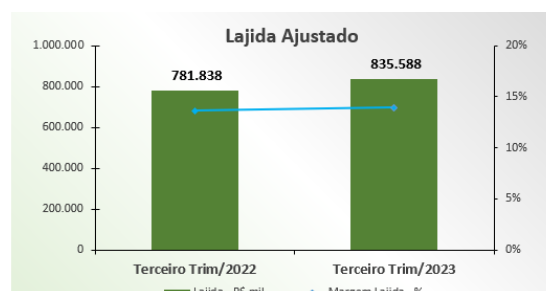
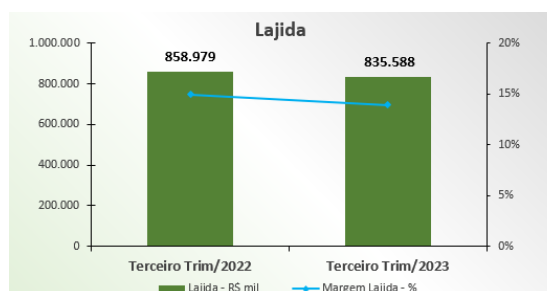
Lucro líquido do trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2023, lucro líquido de R\$475.927, comparado a R\$506.928 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 6,12%. As principais variações na comparação dos resultados dos três meses de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ mil	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Lucro líquido do período	475.927	506.928
Despesa com imposto de renda e contribuição social	54.973	175.269
Resultado financeiro líquido	99.429	(11.465)
Amortização	195.783	178.456
Amortização direito de uso - arrendamento	9.476	9.791
= Lajida (1)	835.588	858.979
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	-	(42.433)
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio	-	95.861
Alteração na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(130.569)
= Lajida ajustado (2)	835.588	781.838

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022, excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, uma vez que são extraordinários.



O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, apresentou uma redução de 2,72% no terceiro trimestre de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022, sendo de R\$835.588 no período de julho a setembro de 2023 e R\$858.979 no mesmo período de 2022. A margem do Lajida passou de 14,96% no terceiro trimestre de 2022 para 13,94% no mesmo período de 2023.

O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 6,87%, passando de R\$781.838 no terceiro trimestre de 2022 para R\$835.588 no terceiro trimestre de 2023. A sua margem passou de 13,62% no terceiro trimestre de 2022 para 13,94% no período atual.

Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.489.766	4.499.920
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	311.748	706.087
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.133.966	991.869
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	80.237	(395.654)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.030.177	1.050.012
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	49.577	(10.361)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(21.480)	(13.668)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	125.463
Outras receitas	553.437	850.935
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.632.732)	(2.063.713)
	5.994.696	5.740.890

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.489.766 no terceiro trimestre de 2023, em comparação a R\$4.499.920 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 22,00%. Os principais impactos nesta receita no período decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	Jul a Set/2023			Jul a Set/2022			Variações (%)	
	MWh (3)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (3)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (3)	R\$
Residencial	2.874.159	2.698.431	938,86	2.706.219	2.079.674	768,48	6,21	29,75
Industrial	320.470	315.361	984,06	395.043	284.861	721,09	(18,88)	10,71
Comércio, serviços e outros	1.008.973	1.186.019	1.175,47	1.061.850	1.068.683	1.006,43	(4,98)	10,98
Rural	867.641	660.625	761,40	924.189	538.961	583,17	(6,12)	22,57
Poder público	214.818	190.624	887,37	201.625	144.977	719,04	6,54	31,49
Iluminação pública	263.431	120.576	457,71	287.126	120.307	419,00	(8,25)	0,22
Serviço público	255.403	203.362	796,24	359.448	192.393	535,25	(28,95)	5,70
Subtotal	5.804.895	5.374.998	925,94	5.935.500	4.429.856	746,33	(2,20)	21,34
Consumo próprio	6.783	-	-	6.761	-	-	0,33	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	47.805	-	-	15.176	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	66.963	-	-	54.888	-	-	22,00
Total	5.811.678	5.489.766	-	5.942.261	4.499.920	-	(2,20)	22,00

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- aumento de 6,21% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe residencial, devido principalmente ao aumento de 3,2% na quantidade de consumidores e de 2,8% no consumo médio mensal por consumidor;
- aumento de 6,54% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe Poder Público, devido principalmente à lenta recuperação no nível de consumo dessa classe após a pandemia de Covid-19, o que fez com que o período comparativo ainda estivesse com baixo nível de consumo;
- redução de 28,95% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe de serviços públicos devido, principalmente, à migração de algumas instalações de grande cliente do setor de água e esgoto para o ambiente livre;

- redução de 18,88% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais, devido à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre;

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no terceiro trimestre de 2022 em relação ao período atual, uma vez que a Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição. O Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo a partir de fevereiro de 2023.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.133.966, comparada a R\$991.869 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 14,33%.

Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS citados acima, bem como do aumento de 1,62% na tarifa média sobre os clientes livres no terceiro trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,19% na energia transportada no terceiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022.

	MWh (1)		
	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Var %
Industrial	5.332.341	5.271.247	1,16
Comercial	492.018	422.502	16,45
Rural	11.743	8.961	31,05
Serviço Público	110.656	-	-
Poder Público	213	620	(65,65)
Concessionárias	88.198	89.145	(1,06)
Total de energia transportada	6.035.169	5.792.475	4,19

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No terceiro trimestre de 2023, foi reconhecida uma receita no montante de R\$80.237, em comparação à redução de receita de R\$395.654 reconhecida no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, à menor realização do montante homologado no último processo tarifário, associada ao aumento dos custos com encargo de transmissão - Rede Básica e dos custos com Encargo de Energia de Reserva.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$311.748 no terceiro trimestre de 2023, em comparação a R\$706.087 no mesmo período de 2022. Essa recomposição da receita decorre de a tarifa da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.030.177 no terceiro trimestre de 2023, comparadas a R\$1.050.012 no mesmo período de 2022. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.632.732 no terceiro trimestre de 2023 comparados a R\$2.063.713 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 45,58%. Essa variação decorre, substancialmente, da variação na base de cálculo do ICMS, ocorrida nos períodos comparados, para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas foram de R\$5.364.367 no terceiro trimestre de 2023, comparados a R\$5.070.158 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 5,80%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas podem ser obtidas na nota explicativa nº 24.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$389.523 no terceiro trimestre de 2023, comparada ao montante de R\$338.420 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 15,10%. Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- aumento de 25,56% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$141.549 no terceiro trimestre de 2023, comparada a R\$112.736 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 20% no valor do serviço contratado, somado ao aumento de serviços de manutenção corretiva em 2023 devido ao período chuvoso mais prolongado;

- aumento de 58,76% na despesa com serviços de tecnologia da informação, sendo de R\$31.686 no terceiro trimestre de 2023, comparada a R\$19.959 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, principalmente, do fortalecimento das práticas de cibersegurança e resiliência dentro do escopo do plano estruturante de transformação digital da Cemig, e do início do serviço de um Centro de operações de Segurança Cibernética para realizar o monitoramento e a defesa cibernética do ambiente de tecnologia da informação;
- redução de 60,30% nas despesas com consultoria, sendo de R\$1.667 no terceiro trimestre de 2023, comparada a R\$4.199 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre da contratação, em 2022, de serviços de consolidação e acompanhamento da implantação do orçamento base zero na Companhia.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.361.047 no terceiro trimestre de 2023, comparado a R\$2.460.498 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 4,04%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 23,98% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$323.440 no terceiro trimestre de 2023, comparado a R\$425.463 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da redução do dólar médio nos períodos comparados, passando de US\$5,12 no terceiro trimestre de 2022 para US\$4,84 no trimestre atual;
- redução de 13,58% no custo com contratos por cotas de garantia física, sendo de R\$219.654 no terceiro trimestre de 2023, comparado a R\$254.182 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre do reajuste anual das RAG's das usinas de cotas, definido por resolução no mês de julho, o qual apresentou uma redução de 5,94% em relação à receita homologada no ciclo anterior;
- aumento de 9,19% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$1.010.691 no terceiro trimestre de 2023, comparado a R\$925.614 no mesmo período de 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novo leilão;
- aumento de 12,42% no custo com geração distribuída, sendo de R\$551.036 no terceiro trimestre de 2023 comparado a R\$490.163 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (1.192.135 MWh no terceiro trimestre de 2023, comparado a 757.705 MWh no mesmo período de 2022).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$809.263 no terceiro trimestre de 2023, comparado a R\$617.023 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 31,16%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no período.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 11b.

Provisões

As provisões foram de R\$117.184 no terceiro trimestre de 2023, comparadas a R\$2.438 no mesmo período de 2022. As principais variações que explicam essa variação são:

- aumento nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$34.896 no terceiro trimestre de 2023, em comparação à reversão líquida de R\$278 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões desfavoráveis à Companhia relacionadas, principalmente, aos empregados próprios;
- redução de 62,67% nas provisões para contingências tributárias, sendo de R\$25.219 no terceiro trimestre de 2023, em comparação a R\$67.563 no mesmo período de 2022. Essa redução deve-se, principalmente, à constituição, no terceiro trimestre de 2022, de provisão relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos empregados em 2006 (mais informações na nota explicativa nº 21);
- variação nas perdas de créditos esperadas (PCE), que apresentou uma constituição líquida de R\$40.398 no terceiro trimestre de 2023 em comparação à reversão líquida de R\$85.706 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no terceiro trimestre de 2023 foi uma despesa financeira de R\$99.429, comparada a uma receita financeira líquida de R\$11.465 no mesmo período de 2022. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- variação no resultado líquido com variação monetária de empréstimos e debêntures, tendo sido uma despesa financeira de R\$24.330 no terceiro trimestre de 2023, comparada a uma receita financeira de R\$10.247 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação positiva de 0,61% de julho a setembro de 2023, comparada à variação negativa de 1,32% no mesmo período de 2022;
- redução de 13,07% na renda de aplicações financeiras, sendo de R\$45.081 no terceiro trimestre de 2023, comparada a R\$51.858 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre do menor volume de caixa aplicado no período e da redução da taxa Selic a partir de agosto de 2023;
- variação no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, tendo sido uma despesa financeira de R\$10.973 no terceiro trimestre de 2023, comparada a uma receita financeira de R\$38.210 no mesmo período de 2022. Essa variação decorre, basicamente, do menor montante homologado de itens de CVA no processo tarifário de 2023 em comparação com o montante homologado em 2022;
- redução de 9,27% na receita financeira com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$64.255 no terceiro trimestre de 2023, comparadas a R\$70.822 no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se ao menor nível de inadimplência da Companhia no período atual devido ao reforço no emprego das ferramentas de cobrança.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$54.973 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$530.900. No mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$175.269 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$682.197.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	983.161	440.700
Títulos e valores mobiliários	5	247.995	279.717
Consumidores e revendedores	6	3.236.029	2.761.370
Concessionários - transporte de energia	6	340.591	333.642
Tributos compensáveis	7	719.814	1.828.665
Contribuição de iluminação pública		239.539	207.286
Reembolso subsídios tarifários	10	187.180	153.402
Ativos setoriais da concessão	11b	516.045	746.031
Outros ativos		312.882	240.076
Total do circulante		6.783.236	6.990.889
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	1.966.570	2.119.494
Tributos compensáveis	7	662.916	540.281
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	112.778	76.278
Depósitos vinculados a litígios	9	662.445	651.279
Concessionários - transporte de energia	6	40.203	43.386
Outros ativos		16.715	17.327
Ativos setoriais da concessão	11b	444.028	198.059
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	1.678.646	1.369.652
Ativos de contrato	12	3.231.491	1.849.852
Intangíveis	13	11.702.354	11.314.918
Arrendamentos - direito de uso	15	262.944	240.178
Total do não circulante		20.781.090	18.421.756
Ativo total		27.564.326	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			
Empréstimos e debêntures	18	876.764	883.795
Fornecedores	16	1.873.634	1.929.723
Impostos, taxas e contribuições	17	243.975	197.890
Imposto de renda e contribuição social	8b	1.556	88.043
Salários e encargos sociais		159.147	162.661
Encargos regulatórios	19	417.526	393.389
Participação dos empregados e administradores no resultado		71.257	52.273
Obrigações pós-emprego	20	263.256	274.904
Contribuição de iluminação pública		384.611	312.475
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		608.389	455.273
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		656.551	504.052
Valores a restituir a consumidores	17	1.193.055	1.495.598
Arrendamentos - obrigações	15	55.633	43.602
Outros passivos		350.184	325.837
Total do circulante		7.155.538	7.119.515
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	18	5.222.404	3.692.203
Provisões	21	1.450.241	1.342.624
Obrigações pós-emprego	20	3.548.083	3.550.093
Encargos regulatórios	19	27.631	55.437
Valores a restituir a consumidores	17	466.602	1.632.200
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		679.794	679.794
Arrendamentos - obrigações	15	232.523	216.271
Outros passivos		19.249	19.248
Total do não circulante		11.646.527	11.187.870
Total do passivo		18.802.065	18.307.385
Patrimônio líquido			
Capital social	22	6.284.312	5.371.998
Reservas de lucros		3.270.982	3.270.982
Ajustes de avaliação patrimonial	22	(1.508.854)	(1.537.720)
Lucros acumulados		715.821	-
Total do patrimônio líquido		8.762.261	7.105.260
Total do passivo e do patrimônio líquido		27.564.326	25.412.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Receita líquida	23	16.921.090	14.845.793
Custos			
Custo com energia elétrica	24a	(9.262.235)	(8.781.608)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(2.547.586)	(2.162.794)
Custos de operação	24c	(2.377.144)	(2.111.172)
		(14.186.965)	(13.055.574)
Lucro bruto		2.734.125	1.790.219
Despesas	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(69.813)	(48.003)
Despesas gerais e administrativas		(365.733)	(374.031)
Outras despesas, líquidas		(595.953)	(480.023)
		(1.031.499)	(902.057)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.702.626	888.162
Receitas financeiras	25	460.147	592.752
Despesas financeiras	25	(640.359)	(1.719.444)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.522.414	(238.530)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(173.465)	(337.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(138.053)	558.574
		(311.518)	221.107
Lucro (prejuízo) líquido do período		1.210.896	(17.423)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,51	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Receita líquida	23	5.994.696	5.740.890
Custos			
Custo com energia elétrica	24a	(3.170.310)	(3.077.521)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	24b	(1.030.177)	(1.050.012)
Custos de operação	24c	(789.006)	(740.335)
		(4.989.493)	(4.867.868)
Lucro bruto		1.005.203	873.022
Despesas	24c		
Perdas de créditos esperadas - PCE		(40.398)	85.706
Despesas gerais e administrativas		(121.571)	(120.818)
Outras despesas, líquidas		(212.905)	(167.178)
		(374.874)	(202.290)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		630.329	670.732
Receitas financeiras	25	159.821	195.706
Despesas financeiras	25	(259.250)	(184.241)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		530.900	682.197
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(22.959)	(181.669)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(32.014)	6.400
		(54.973)	(175.269)
Lucro líquido do período		475.927	506.928
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	22	0,20	0,21

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.210.896	(17.423)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em períodos subsequentes		
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 20)	43.737	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 8)	(14.871)	-
	28.866	-
Resultado abrangente do período, líquido de tributos	1.239.762	(17.423)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Lucro líquido do período	475.927	506.928
Resultado abrangente do período	475.927	506.928

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	-	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(17.423)	(17.423)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(17.423)	(17.423)
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1794 por ação)	-	-	-	-	(423.168)	(423.168)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	5.371.998	-	3.404.039	(1.833.371)	(440.591)	6.502.075
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	3.270.982	(1.537.720)	-	7.105.260
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.210.896	1.210.896
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	28.866	-	28.866
Resultado abrangente do período	-	-	-	28.866	1.210.896	1.239.762
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	644.000
Aumento de capital	644.000	(644.000)	-	-	-	-
Aumento de capital via JCP	268.314	-	-	-	-	268.314
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,2099 por ação)	-	-	-	-	(495.075)	(495.075)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	6.284.312	-	3.270.982	(1.508.854)	715.821	8.762.261

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do período		1.210.896	(17.423)
AJUSTES:			
Obrigações pós-emprego	20	304.059	338.276
Amortização	13b e 15a	596.373	542.503
Perdas de créditos esperadas	24c	80.532	48.003
Demais provisões	24c	209.054	197.174
Ajuste de ativos em curso	12	(15.583)	(19.198)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	42.382	13.022
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	23	(1.569.255)	(1.641.578)
Juros e variações monetárias		397.625	1.454.167
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(127.152)	(28.401)
Amortização do custo de transação de empréstimos	18	3.909	1.764
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	23	63.572	1.367.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	138.053	(558.574)
		1.334.465	1.697.429
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(544.472)	196.941
Concessionários - transporte de energia		(3.766)	(72.900)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	190.658
Tributos compensáveis	7	(117.288)	693.711
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(38.209)	(24.887)
Depósitos vinculados a litígios		23.399	6.731
Contribuição de iluminação pública		(32.253)	31.985
Reembolso subsídios tarifários	10	(33.778)	190.487
Outros		(81.363)	(147.037)
		(827.730)	1.065.689
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(66.734)	(226.451)
Impostos, taxas e contribuições		765.516	670.572
Imposto de renda e contribuição social a pagar		173.465	337.467
Salários e encargos sociais		(3.514)	27.944
Contribuição de iluminação pública		72.136	(66.754)
Encargos regulatórios	19	(3.669)	(223.495)
Obrigações pós-emprego	20	(273.980)	(252.262)
Provisões	21	(101.437)	(92.518)
Participação dos empregados e administradores no resultado		18.984	(10.065)
Outros		231.322	187.816
		812.089	352.254
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.318.824	3.115.372
Juros de empréstimos e debêntures pagos	18	(197.055)	(195.346)
Juros de arrendamento pagos	15	(1.277)	(1.989)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.120.492	2.918.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - resgate (aplicação financeira)	5	32.774	(503.278)
Em intangível	13	(77.483)	(42.483)
Em ativos de contrato	12	(2.425.051)	(2.090.052)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.469.760)	(2.635.813)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	18	1.987.943	987.534
Pagamento de arrendamento	15	(40.366)	(41.975)
Pagamento de empréstimos e debêntures	18	(699.848)	(684.200)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(170.478)
Aumento de capital	22	644.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.891.729	90.881
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	440.700	198.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	983.161	571.799

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Receitas		
Venda de energia e serviços	21.514.663	21.314.949
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	2.547.586	2.162.794
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	127.152	28.401
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	-	(829.783)
Ajuste para perdas de créditos esperadas	(69.813)	(48.003)
	24.119.588	22.628.358
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(7.501.554)	(7.198.583)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(2.502.855)	(2.297.979)
Serviços de terceiros	(2.150.117)	(1.692.751)
Materiais	(1.433.028)	(1.409.514)
Outros custos	(546.991)	(329.324)
	(14.134.545)	(12.928.151)
Valor adicionado bruto	9.985.043	9.700.207
Retenções		
Amortização	(596.373)	(542.503)
Valor adicionado líquido	9.388.670	9.157.704
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	485.050	597.875
Valor adicionado a distribuir	9.873.720	9.755.579
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	1.012.386	1.024.285
Remuneração direta	599.714	553.995
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	377.762	399.785
FGTS	34.910	33.570
Programa de desligamento voluntário programado	-	36.935
Impostos, taxas e contribuições	6.959.019	6.991.393
Federais	4.273.709	3.462.619
Estaduais	2.680.875	3.524.834
Municipais	4.435	3.940
Remuneração de capitais de terceiros	691.419	1.757.324
Juros	685.411	1.749.703
Aluguéis	6.008	7.621
Remuneração de capital próprio	1.210.896	(17.423)
Juros sobre capital próprio	495.075	423.168
Lucros (prejuízos) retidos	715.821	(440.591)
	9.873.720	9.755.579

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.164.565 consumidores em 30 de setembro de 2023.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$372.302. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 30 de setembro de 2023, os empréstimos e debêntures, circulante e não circulante, totalizaram R\$876.764 e R\$5.222.404, respectivamente.

A Cemig estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera, além de suporte do acionista.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB, CPC 21 (R1) / IAS 34 - Demonstração Intermediária*, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2023, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 09 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	31/09/2023	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso de subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
-	14	Obrigações especiais
15	15	Arrendamentos
16	16	Fornecedores
17	17	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	31/09/2023	
18	18	Empréstimos e debêntures
19	19	Encargos regulatórios
20	20	Obrigações pós-emprego
21	21	Provisões
22	22	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	23	Receita
24	24	Custos e despesas
25	25	Receitas e despesas financeiras
26	26	Transações com partes relacionadas
27	27	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	28	Riscos relacionados a <i>compliance</i> com leis e regulamentos
31	29	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Em relação às alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo Diretor Presidente (“CEO”) da Companhia e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2023	31/12/2022
Contas bancárias	35.186	83.858
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	891.901	309.894
Aplicações automáticas - Overnight (2)	56.074	46.948
	947.975	356.842
	983.161	440.700

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 30 de setembro de 2023 (80% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 12,40% a 12,64% a.a. em 30 de setembro de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários (1)	76.222	30.587
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	115.583	182.161
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	54.013	64.208
Debêntures (4)	1.498	2.647
Outros	679	1.166
	247.995	280.769
Ativo circulante	247.995	279.717
Ativo não circulante	-	1.052

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variou de 103% a 105,3% em 30 de setembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 105,1% a 110,59% do CDI em 30 de setembro de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 12,88% a 12,97% a.a. em 30 de setembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 115,29% do CDI em 30 de setembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 26, respectivamente.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade de investimento, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2023	31/12/2022
Residencial	778.098	311.160	383.169	269.305	353.671	2.095.403	1.800.806
Industrial	29.725	65.959	18.634	31.800	120.834	266.952	255.015
Comércio, serviços e outras	306.166	171.248	91.768	100.511	206.453	876.146	796.559
Rural	153.797	95.663	59.649	29.221	47.137	385.467	292.220
Poder público	71.504	38.111	3.497	160	12.701	125.973	97.942
Iluminação pública	48.492	548	448	-	346	49.834	12.303
Serviço público	62.908	42.003	1.191	3.415	27.565	137.082	125.823
Subtotal - consumidores	1.450.690	724.692	558.356	434.412	768.707	3.936.857	3.380.668
Concessionários - transporte de energia	77.625	278.290	17.575	4.432	39.979	417.901	460.272
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	15.613	-	2.134	17.747	56.315
Provisão para perdas de créditos esperadas	(121.229)	(13.129)	(21.508)	(122.819)	(476.997)	(755.682)	(758.857)
	1.407.086	989.853	570.036	316.025	333.823	3.616.823	3.138.398
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.236.029	2.761.370
Concessionários - transporte de energia						340.591	333.642
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						40.203	43.386

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 26.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2023	31/12/2022
Residencial	305.946	269.007
Industrial	114.364	122.227
Comércio, serviços e outras	211.144	194.431
Rural	35.816	31.070
Poder público	24.890	26.621
Iluminação pública	(365)	(88)
Serviço público	26.780	32.346
Concessionários - transporte de energia	37.107	83.243
	755.682	758.857

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições, líquidas (Nota 24)	69.813
Baixas	(72.988)
Saldo em 30 de setembro de 2023	755.682

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/09/2023	31/12/2022
Circulante		
ICMS a recuperar	402.700	404.590
Cofins (a)	260.602	1.170.056
PIS/Pasep (a)	56.128	253.606
Outros	384	413
	719.814	1.828.665
Não circulante		
ICMS a recuperar	633.778	515.972
Cofins (a)	23.940	19.973
PIS/Pasep (a)	5.198	4.336
	662.916	540.281
	1.382.730	2.368.946

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Do saldo apresentado no quadro acima, a Companhia possui registrado em 30 de setembro de 2023 o montante de R\$314.659 no ativo circulante (R\$1.421.739 em 31 de dezembro de 2022) e R\$29.138 no ativo não circulante (R\$24.309 em 31 de dezembro de 2022) referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No período de janeiro a setembro de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.104.275 (R\$1.089.377 no mesmo período de 2022).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30/09/2023	31/12/2022
Não circulante		
Imposto de renda	66.574	61.390
Contribuição social	46.204	14.888
	112.778	76.278

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	30/09/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	(8.213)	77.292
Contribuição social	9.769	10.751
	1.556	88.043

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos potenciais estão divulgados na nota explicativa nº 21.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	269.972	-
Obrigações pós-emprego	1.263.400	1.238.981
Perdas de créditos esperadas	298.462	295.384
Provisão para redução a valor recuperável	16.937	22.271
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins (1)	84.221	523.338
Provisões	428.057	396.213
Taxa de administração	4.219	4.500
Participação de empregados e administradores no resultado	24.227	17.773
Outros	12.599	8.586
	2.402.094	2.507.046
Passivos fiscais diferidos		
Amortização acelerada	(99)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(248.886)	(212.326)
Encargos financeiros capitalizados	(178.344)	(169.801)
Custo de captação	(8.195)	(5.425)
	(435.524)	(387.552)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.966.570	2.119.494

- (1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela incluída no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.119.494
Efeitos alocados ao resultado	(138.053)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(14.871)
Saldo em 30 de setembro de 2023	1.966.570

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.522.414	(238.530)
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(517.621)	81.100
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	168.326	143.877
Incentivos fiscais	23.520	27.955
Contribuições e doações indedutíveis	(3.111)	(5.076)
Multas indedutíveis	(69.399)	(24.381)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	80.685	-
Outros	6.082	(2.368)
	(311.518)	221.107
Alíquota efetiva	20,46%	(92,70%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(173.465)	(337.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(138.053)	558.574

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	530.900	682.197
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(180.506)	(231.947)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	59.389	47.753
Incentivos fiscais	11.170	14.522
Contribuições e doações indedutíveis	(1.401)	(2.418)
Multas indedutíveis	(13.919)	(2.821)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	67.486	-
Outros	2.808	(358)
	(54.973)	(175.269)
Alíquota efetiva	(10,35%)	(25,69%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22.959)	(181.669)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.014)	6.400

- (1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhista	183.751	203.119
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	12.684	12.198
IR/INSS indenização do anuênio (1)	226.216	218.771
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	79.460	67.852
IRPJ/CSLL	34.819	17.980
Outros	56.041	64.197
	409.220	380.998
Outros		
Regulatório	32.842	31.428
Cível	8.695	5.786
Relações de consumo	4.824	6.166
Bloqueio judicial	17.003	13.056
Patrimonial	495	4.448
Outros	5.615	6.278
	69.474	67.162
	662.445	651.279

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

A Companhia reconhece como receita de subsídios tarifários os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, que são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE). Também são reembolsados via CDE as subvenções de baixa renda, o subsídio relativo ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída, e o subsídio referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

No período de janeiro a setembro de 2023, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$1.154.517 (R\$1.371.459 no mesmo período de 2022) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R\$57.790 (R\$265.815 no mesmo período de 2022).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$187.180 (R\$153.402 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/09/2023	31/12/2022
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.678.646	1.369.652
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	960.073	944.090
	2.638.719	2.313.742
Ativo circulante	516.045	746.031
Ativo não circulante	2.122.674	1.567.711

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	182.512
Realização	(670)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (Nota 23)	127.152
Saldo em 30 de setembro de 2023	1.678.646

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	117.802	842.271	960.073	544.370	399.720	944.090
Ativo circulante	117.802	398.243	516.045	544.370	201.661	746.031
Ativo não circulante	-	444.028	444.028	-	198.059	198.059
Total circulante líquido	117.802	398.243	516.045	544.370	201.661	746.031
Total não circulante líquido	-	444.028	444.028	-	198.059	198.059
Total líquido	117.802	842.271	960.073	544.370	399.720	944.090

COMPONENTES FINANCEIROS	30/09/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da “Parcela A”						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.313)	(422)	(1.735)	140.528	(139.639)	889
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	182.632	214.659	397.291	4.297	211.497	215.794
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	22.529	31.631	54.160	180	17.786	17.966
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	(29.195)	-	(29.195)	38.984	(7.872)	31.112
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER (1)	(396.353)	122.357	(273.996)	377.682	204.843	582.525
Energia elétrica comprada para revenda (1)	(412.315)	(472.824)	(885.139)	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (2)	557.983	471.041	1.029.024	40.617	708.966	749.583
Neutralidade da parcela A	(45.783)	426.940	381.157	(32.683)	235.990	203.307
Outros itens financeiros	283.481	84.134	367.615	(235.974)	537.513	301.539
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(43.864)	(35.245)	(79.109)	(22.983)	(47.707)	(70.690)
TOTAL	117.802	842.271	960.073	544.369	399.721	944.090

(1) A variação percebida nos itens ESS/EER e Energia elétrica comprada para revenda deve-se, principalmente, ao efeito da bandeira escassez hídrica, que vigorou até abril/2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, impactando o montante a ser homologado pela ANEEL apresentado em 31 de dezembro de 2022. Diante do cenário hidrológico mais favorável, a bandeira tarifária se manteve verde desde o fim da bandeira escassez hídrica, não produzindo efeito, em setembro de 2023, sobre os valores a serem homologados.

(2) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo (a preços maiores do que o da compra de energia) foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida nesses reajustes através um componente financeiro negativo. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório deve ser recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor correspondente ao ano de 2017, no montante de R\$39.270, com efeito no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, tais montantes foram ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da

sobrecontratação de 2017 como voluntária. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, os ganhos que ainda não haviam sido recuperados via tarifa relativos à sobrecontratação de 2017, cujo valor atualizado é R\$228.477, foi reconhecido pela ANEEL no processo tarifário de 2023. No tocante à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$29.184, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	551.674
Realização	(615.246)
Transferência de outros ativos (1)	(1.550)
Atualização Selic (Nota 25)	81.105
Saldo em 30 de setembro de 2023	960.073

(1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 141 da REN 1.000/2021.

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.849.852
Adições	2.470.103
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11a)	(182.512)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(921.535)
Ajuste de ativos em curso (1)	15.583
Saldo em 30 de setembro de 2023	3.231.491

(1) Refere-se à reversão de provisões, registradas em exercícios anteriores, para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas). A reversão fez-se necessária uma vez que algumas obras foram retomadas e finalizadas.

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a setembro de 2023, no montante de R\$2.470.103, está contemplado o montante de R\$45.052 (R\$30.259 no mesmo período de 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18. A natureza das adições em ativos de contrato e intangível é apresentada na nota nº 24b.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e por isso não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	30/09/2023			31/12/2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	26.968.133	(11.794.222)	15.173.911	25.760.065	(11.151.378)	14.608.687
(-) Obrigações especiais (Nota 14)	(5.583.637)	1.965.204	(3.618.433)	(5.287.534)	1.809.300	(3.478.234)
Ativos da concessão líquidos	21.384.496	(9.829.018)	11.555.478	20.472.531	(9.342.078)	11.130.453
Intangível em curso	146.876	-	146.876	184.465	-	184.465
Total do intangível	21.531.372	(9.829.018)	11.702.354	20.656.996	(9.342.078)	11.314.918

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.314.918
Adições	77.483
Baixas	(41.712)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	921.535
Amortização	(569.870)
Saldo em 30 de setembro de 2023	11.702.354

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,95%	14,84%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

As obrigações vinculadas à concessão representam a participação de terceiros, consumidores, União, Estados e Municípios, dentre outros, em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.

A composição das obrigações vinculadas à concessão é a apresentada a seguir:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/09/2023	31/12/2022
Participação Financeira do Consumidor	(5.148.003)	(4.753.794)
Participação da União, Estados e Municípios (1)	(624.034)	(593.689)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(371.617)	(351.017)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(11.961)	(6.967)
Atualização Financeira Obrigações Especiais	(17.590)	-
(-) Amortização Acumulada	1.965.204	1.809.300
Total	(4.613.704)	(4.301.870)

Alocação	30/09/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(880.679)	(732.030)
Infraestrutura - Intangível em Serviço (Nota 13)	(3.618.433)	(3.478.234)
Infraestrutura - Ativo Financeiro	(114.592)	(91.606)
Total	(4.613.704)	(4.301.870)

(1) A participação dos municípios é a mais relevante da rubrica Participação da União, Estados e Municípios (70% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

15. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(3.137)	-	(3.137)
Adição	3.763	-	3.763
Amortização (1)	(6.332)	(20.587)	(26.919)
Remensuração (2)	109	48.950	49.059
Saldo em 30 de setembro de 2023	144.198	118.746	262.944

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$416 no período de janeiro a setembro de 2023 (R\$373 no mesmo período de 2022); a taxa anual média ponderada de amortização é 5,96% para Imóveis e 25,15% para Veículos.

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	3.763
Baixas (contratos encerrados)	(3.679)
Juros incorridos (1)	20.783
Arrendamentos pagos	(40.366)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.277)
Remensuração (2)	49.059
Saldo em 30 de setembro de 2023	288.156
Passivo circulante	55.633
Passivo não circulante	232.523

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$1.101 no período de janeiro a setembro de 2023 (R\$1.035 no mesmo período de 2022).

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	603.916	288.156
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.084	14.616

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2023	14.573
2024	58.093
2025	57.879
2026	57.656
2027	47.775
2028 a 2048	367.940
Valores não descontados	603.916
Juros embutidos	(315.760)
Passivo de arrendamentos	288.156

16. FORNECEDORES

	30/09/2023	31/12/2022
Energia de curto prazo - CCEE	113.229	95.928
Encargos de uso da rede elétrica (1)	252.649	204.119
Energia elétrica comprada para revenda	690.527	682.239
Itaipu binacional	250.857	273.618
Materiais e serviços	566.372	673.819
	1.873.634	1.929.723

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/09/2023	31/12/2022
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	66.922	53.004
Cofins	72.488	72.901
PIS/Pasep	15.647	15.661
INSS	32.439	27.589
ISSQN	16.954	16.191
Outros	39.525	12.544
	243.975	197.890
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	852.255	1.154.798
ICMS (1)	340.800	340.800
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	466.602	1.632.200
	1.659.657	3.127.798
	1.903.632	3.325.688

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$1.318.857 em 30 de setembro de 2023, já tendo sido restituído o montante de R\$5.512.625 até 30 de setembro de 2023 (R\$3.943.371 até 31 de dezembro de 2022).

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Companhia, foi constatada uma redução de R\$66.681 no crédito total, dos quais R\$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

18. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2023						31/12/2022
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	256	-	256	2.380
Total de empréstimos				256	-	256	2.380
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	320.479	301.731	622.210	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	407.020	-	407.020	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	23.210	1.929.260	1.952.470	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI + 1,35%	R\$	21.065	500.000	521.065	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	9.405	524.466	533.871	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (1)	2026	CDI + 2,05%	R\$	95.919	2.000.000	2.095.919	-
(-) Desconto na emissão de debêntures (2)				-	(9.538)	(9.538)	(12.048)
(-) Custos de transação				(590)	(23.515)	(24.105)	(15.959)
Total de debêntures				876.508	5.222.404	6.098.912	4.573.618
Total geral				876.764	5.222.404	6.099.168	4.575.998

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
 (2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Captação de recursos

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão – Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(12.057)
Total de captações				1.987.943

A composição dos empréstimos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	51.363	301.731	1.266.361	964.630	-	524.466	3.108.551
UFIR/RGR (2)	256	-	-	-	-	-	256
CDI (3)	254.005	269.999	1.000.000	1.000.000	500.000	-	3.024.004
Total por Indexadores	305.624	571.730	2.266.361	1.964.630	500.000	524.466	6.132.811
(-) Custos de transação	(291)	(1.291)	(6.333)	(6.321)	(801)	(9.068)	(24.105)
(-) Desconto	-	-	(4.615)	(4.615)	-	(308)	(9.538)
Total geral	305.333	570.439	2.255.413	1.953.694	499.199	515.090	6.099.168

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Indexador	Varição acumulada de janeiro a setembro de 2023 (%)	Varição acumulada de janeiro a setembro de 2022 (%)
IPCA	3,50	4,09
CDI	9,92	8,85

Indexador	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2023 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)
IPCA	0,61	(1,32)
CDI	3,22	3,26

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Captações líquidas	1.987.943
Varição monetária	109.348
Encargos financeiros provisionados	318.873
Amortização do custo de transação	3.909
Encargos financeiros pagos	(197.055)
Amortização de principal	(699.848)
Saldo em 30 de setembro de 2023	6.099.168

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Encargos de empréstimos e debêntures	318.873	221.080
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(45.052)	(30.259)
Efeito líquido no resultado	273.821	190.821

(1) A taxa média de capitalização foi de 12,12% a.a. em 30 de setembro de 2023 (11,48% a.a. em 30 de setembro de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de setembro de 2023, o saldo devedor dos empréstimos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.346.971
Aval e fianças	622.055
Recebíveis	256
Fiança	3.129.886
TOTAL	6.099.168

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (2)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures	Dívida Líquida / Lajida ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

(1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

- (2) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esse índice de forma contínua.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2023	31/12/2022
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	178.330	220.801
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	131.279	112.458
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.147	3.226
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.578	6.735
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	66.818	46.557
CDE sobre P&D (1)	1.973	2.021
CDE sobre PEE (1)	3.947	4.041
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.199	2.101
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	445.157	448.826
Passivo circulante	417.526	393.389
Passivo não circulante	27.631	55.437

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	126.172	208.079	3.798	338.049
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(162.324)	(109.586)	(2.070)	(273.980)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(43.088)	(649)	(43.737)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2023	1.353.264	2.414.450	43.625	3.811.339
			30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante			263.256	274.904
Passivo não circulante			3.548.083	3.550.093

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado de janeiro a setembro de 2023, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$291.606 (R\$313.754 no mesmo período de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$12.453, reconhecidos no resultado financeiro de janeiro a setembro de 2023 (R\$24.522 no mesmo período de 2022).

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, em substituição ao Plano de Saúde Integrado (PSI) então vigente, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$33.123 para o plano de saúde e de R\$867 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico, registrados como outros resultados abrangentes no primeiro trimestre de 2023.

21. PROVISÕES

	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2023
Trabalhistas	297.311	66.007	(2.458)	(47.105)	313.755
Cíveis					
Relações de consumo	36.679	52.364	(8.592)	(39.484)	40.967
Outras ações cíveis	32.687	20.151	-	(12.044)	40.794
	69.366	72.515	(8.592)	(51.528)	81.761
Tributárias	937.320	73.968	-	(63)	1.011.225
Regulatórias	34.293	3.682	(294)	(2.084)	35.597
Outras	4.334	4.820	(594)	(657)	7.903
Total	1.342.624	220.992	(11.938)	(101.437)	1.450.241

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.121.187	997.927
Cíveis		
Relações de consumo	192.765	194.128
Outras ações cíveis	474.144	444.688
	666.909	638.816
Tributárias	1.335.027	1.191.496
Regulatórias	668.167	869.338
Outras	1.075.931	949.190
Total	4.867.221	4.646.767

(1) Os principais valores são apresentados em parágrafos específicos ao longo da nota explicativa.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de R\$207.067 (R\$152.686 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$12.188 (R\$10.091 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de R\$1.063.293 (R\$982.070 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$898.208 (R\$829.721 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$226.216 (R\$218.772 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$100.829 (R\$97.508 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R\$121.601 (R\$112.362 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$64.215 (R\$60.454 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$396.373 (R\$355.930 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R\$79.460 (R\$67.852 em 31 de dezembro de 2022). O montante das contingências é de R\$72.306 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$195.182 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de R\$1.434.942 (R\$1.295.238 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$313.755 foram provisionados (R\$297.311 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$233.732 (R\$230.807 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$40.967 (R\$36.679 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$514.938 (R\$477.375 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$40.794 (R\$32.687 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de R\$654.735 (R\$374.696 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$35.597 (R\$34.293 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$49.030 (R\$45.642 em 31 de dezembro de 2022).

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal (MPF) impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão. Em julho de 2023, após o regular trâmite do processo, o pedido do MPF foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$335.235 (R\$259.881 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$7.751 (R\$4.193 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$506.951 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$152 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$241.648 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$6.284.312 (R\$5.371.998 em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2022), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

AFAC		Aumento de Capital
27/02/2023	R\$ 100.000	27/04/2023
10/03/2023	R\$ 94.000	27/04/2023
17/03/2023	R\$ 350.000	14/07/2023
25/04/2023	R\$ 100.000	14/07/2023

Em 27 de fevereiro, 10 de março, 17 de março e 25 de abril de 2023, a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig (controladora) realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Companhia, nos montantes de R\$100.000, R\$94.000, R\$350.000 e R\$100.000, respectivamente, com a finalidade de reforço de caixa, os quais serão utilizados para suas operações de investimentos e despesas operacionais.

Em 27 de abril de 2023, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, o aumento de capital no montante de R\$462.314, sendo este valor composto por R\$268.314, proposto em 31 de dezembro de 2022, e R\$194.000 dos adiantamentos mencionados acima, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de julho de 2023, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, o aumento de capital no montante de R\$450.000, restantes dos adiantamentos mencionados acima, passando o capital social de R\$5.371.998 para R\$6.284.312, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.371.998
Integralização de Capital com AFAC	644.000
Integralização de Capital com JCP declarado em 2022 (1)	268.314
Saldo em 30 de setembro de 2023	6.284.312

(1) Considerando que os juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2022 foram superiores aos dividendos previstos no Estatuto Social, a Administração aprovou em AGO que, dos R\$576.532 declarados, o montante de R\$268.314, já líquido do imposto de renda, fosse destinado para aumento de capital social.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 30 de setembro de 2023 é de R\$1.508.854 (R\$1.537.720 em 31 de dezembro de 2022).

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$43.088 para o plano de saúde e de R\$649 para o plano odontológico.

c) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.210.896	(17.423)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,51	(0,01)

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	475.927	506.928
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,20	0,21

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

d) Remuneração dos acionistas

Em 22 de março, 20 de junho e 19 de setembro de 2023, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de juros sobre o capital próprio (JCP) nos montantes de R\$155.026, R\$165.375 e R\$174.674, respectivamente. Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2023, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

23. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	15.309.394	15.968.691
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	1.569.255	1.641.578
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	3.247.142	2.780.530
Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos (1)	(63.572)	(1.367.694)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	2.547.586	2.162.794
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (2)	-	(829.783)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	127.152	28.401
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(92.859)	(64.867)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	(3.766)	331.312
Outras receitas (c)	1.549.069	2.025.399
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(7.268.311)	(7.830.568)
	16.921.090	14.845.793

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.489.766	4.499.920
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	311.748	706.087
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	1.133.966	991.869
Ativos e passivos financeiros setoriais (3)	80.237	(395.654)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.030.177	1.050.012
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	49.577	(10.361)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(21.480)	(13.668)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	125.463
Outras receitas (c)	553.437	850.935
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(2.632.732)	(2.063.713)
	5.994.696	5.740.890

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 17.

- (1) O efeito da bandeira escassez hídrica, vigente até abril de 2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, resultou na redução significativa de receita no período de janeiro a setembro de 2022. Devido a melhores condições hidrológicas, a bandeira tarifária foi verde desde maio de 2022, não produzindo efeito no período de janeiro a setembro de 2023.
- (2) Decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.
- (3) A variação decorre da menor realização do montante homologado no último processo tarifário, associada ao aumento dos custos com encargo de transmissão - Rede Básica e dos custos com Encargo de Energia de Reserva.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Residencial	8.803.190	8.316.115	7.624.882	7.919.513
Industrial	995.581	1.163.106	874.053	964.020
Comércio, serviços e outros	3.223.792	3.383.328	3.628.529	3.890.347
Rural	2.181.073	2.306.436	1.586.933	1.566.309
Poder público	678.021	629.253	542.041	500.317
Iluminação pública	800.784	857.722	363.918	423.886
Serviço público	779.914	1.051.354	535.589	659.502
Subtotal	17.462.355	17.707.314	15.155.945	15.923.894
Consumo próprio	21.698	23.472	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	124.521	43.230
Fornecimento não faturado líquido	-	-	28.928	1.567
Total	17.484.053	17.730.786	15.309.394	15.968.691

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Residencial	2.874.159	2.706.219	2.698.431	2.079.674
Industrial	320.470	395.043	315.361	284.861
Comércio, serviços e outros	1.008.973	1.061.850	1.186.019	1.068.683
Rural	867.641	924.189	660.625	538.961
Poder público	214.818	201.625	190.624	144.977
Iluminação pública	263.431	287.126	120.576	120.307
Serviço público	255.403	359.448	203.362	192.393
Subtotal	5.804.895	5.935.500	5.374.998	4.429.856
Consumo próprio	6.783	6.761	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	47.805	15.176
Fornecimento não faturado líquido	-	-	66.963	54.888
Total	5.811.678	5.942.261	5.489.766	4.499.920

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres” e devem arcar com os custos pelo uso da rede de distribuição. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Outras receitas

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Serviço taxado	15.611	14.355
Outras prestações de serviços	22.824	18.799
Subvenções Baixa Renda	295.523	228.388
Subsídio SCEE (1)	80.407	-
Subsídio Eletrobrás (2)	50.947	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	57.782	271.279
Outras subvenções (3)	727.648	705.195
Aluguel e arrendamento (4)	289.866	404.862
Transações na CCEE	2.124	(51.684)
Outras	6.337	1.793
	1.549.069	2.025.399

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Serviço taxado	5.491	5.257
Outras prestações de serviços	11.280	5.208
Subvenções Baixa Renda	108.200	77.844
Subsídio SCEE (1)	48.244	-
Subsídio Eletrobrás (2)	-	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	20.908	19.790
Outras subvenções (3)	256.125	225.535
Aluguel e arrendamento	99.525	83.785
Transações na CCEE	2.124	-
Outras	1.540	1.104
	553.437	850.935

- (1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.
- (2) Refere-se aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
- (3) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.
- (4) O montante apresentado de janeiro a setembro de 2022 compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	2.679.110	3.523.590
PIS/Pasep	299.711	284.016
Cofins	1.380.489	1.308.194
ISSQN	1.097	903
	4.360.407	5.116.703
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	32.951	50.035
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.747.972	2.816.564
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	27.210	18.434
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	38.871	26.335
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	19.435	13.167
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	(251.821)
CDE sobre P&D	11.661	7.900
CDE sobre PEE	10.405	15.801
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	19.399	17.450
	2.907.904	2.713.865
	7.268.311	7.830.568

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	1.055.422	524.121
PIS/Pasep	103.481	264.174
Cofins	476.644	296.353
ISSQN	515	271
	1.636.062	1.084.919
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	15.437	17.612
Conta de desenvolvimento energético - CDE	941.716	926.143
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.853	6.489
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	11.218	9.270
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.609	4.635
CDE sobre P&D	3.365	2.781
CDE sobre PEE	4.874	5.562
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	6.598	6.302
	996.670	978.794
	2.632.732	2.063.713

(1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	896.326	1.229.374
Contratos por cotas de garantia física	697.168	713.387
Cotas das usinas de Angra I e II	271.835	267.894
Energia de curto prazo - CCEE	252.275	356.933
Contratos bilaterais	381.419	364.800
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.957.410	2.395.560
PROINFA	383.683	454.241
Geração distribuída	1.661.438	1.416.394
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(510.661)	(502.391)
	6.990.893	6.696.192
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	145.939	114.013
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.723.276	1.421.640
Encargos de Conexão	99.769	79.111
Encargos Distribuição	5.586	5.383
Energia CCEE-ESS	14.005	368.828
Energia CCEE-EER	514.281	309.004
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(231.514)	(212.563)
	2.271.342	2.085.416
	9.262.235	8.781.608

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	323.440	425.463
Contratos por cotas de garantia física	219.654	254.182
Cotas das usinas de Angra I e II	92.000	89.298
Energia de curto prazo - CCEE	80.826	184.796
Contratos bilaterais	128.695	128.054
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.010.691	925.614
PROINFA	127.894	151.414
Geração distribuída	551.036	490.163
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(173.189)	(188.486)
	2.361.047	2.460.498
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	61.244	43.290
Encargos Transmissão - Rede Básica	638.121	512.763
Encargos de Conexão	38.447	30.543
Encargos Distribuição	1.831	1.963
Energia CCEE-ESS	5.238	3.692
Energia CCEE-EER	146.869	87.665
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(82.487)	(62.893)
	809.263	617.023
	3.170.310	3.077.521

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Pessoal	98.171	77.567
Materiais	1.361.261	1.340.546
Serviços de terceiros	974.974	694.914
Encargos financeiros	45.052	30.259
Arrendamentos e aluguéis	4.183	4.069
Impostos e taxas	761	39
Outros	63.184	15.400
	2.547.586	2.162.794

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Pessoal	36.235	27.013
Materiais	527.118	694.525
Serviços de terceiros	405.123	306.171
Encargos financeiros	20.085	14.009
Arrendamentos e aluguéis	1.536	1.738
Impostos e taxas	115	(684)
Outros	39.965	7.240
	1.030.177	1.050.012

c) Outros custos e despesas

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Pessoal	471.388	488.413	-	-	174.534	176.864	-	-	645.922	665.277
Participação de empregados e administradores no resultado	147	82	-	-	-	2.326	77.467	59.509	77.614	61.917
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	291.606	313.755	291.606	313.755
Materiais	57.311	45.709	-	-	14.456	23.258	-	-	71.767	68.967
Serviços de terceiros (1)	1.041.124	864.153	-	-	126.847	126.336	-	-	1.167.971	990.489
Amortização (Nota 13b)	558.759	462.558	-	-	11.111	47.628	-	-	569.870	510.186
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 15)	26.503	32.317	-	-	-	-	-	-	26.503	32.317
Provisões	209.054	180.238	-	-	-	-	-	-	209.054	180.238
Perdas de créditos esperadas	-	-	69.813	48.003	-	-	10.719	18.358	80.532	66.361
Outras despesas, líquidas (2)	12.858	37.702	-	-	38.785	(2.381)	216.161	88.401	267.804	123.722
	2.377.144	2.111.172	69.813	48.003	365.733	374.031	595.953	480.023	3.408.643	3.013.229

	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)		Total	
	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
Pessoal	148.604	156.107	-	-	55.581	52.206	-	-	204.185	208.313
Participação de empregados e administradores no resultado	-	3	-	-	-	-	27.486	10.579	27.486	10.582
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	112.323	110.170	112.323	110.170
Materiais	18.791	19.670	-	-	2.615	7.976	-	-	21.406	27.646
Serviços de terceiros (1)	341.307	297.759	-	-	48.216	40.661	-	-	389.523	338.420
Amortização	191.494	162.910	-	-	4.289	15.546	-	-	195.783	178.456
Amortização direito de uso - arrendamento	9.476	9.791	-	-	-	-	-	-	9.476	9.791
Provisões	76.041	84.698	-	-	-	-	-	-	76.041	84.698
Perdas de créditos esperadas	-	-	40.398	(85.706)	-	-	745	3.446	41.143	(82.260)
Outras despesas, líquidas (2)	3.293	9.397	-	-	10.870	4.429	72.351	42.983	86.514	56.809
	789.006	740.335	40.398	(85.706)	121.571	120.818	212.905	167.178	1.163.880	942.625

- (1) A variação decorre principalmente dos serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, conservação e limpeza de faixas, estradas e aceiros e serviços de tecnologia da informação.
- (2) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R\$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel, em 2019, para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Companhia na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída; e compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R\$73.102. Essas despesas estão classificadas como Outras despesas.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	76.544	77.687
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(24.903)	(5.123)
Acréscimos moratórios de contas de energia	201.501	264.198
Variações cambiais de Itaipu	10.645	17.666
Variações monetárias	15.914	19.595
Variação monetária depósitos judiciais	34.565	32.679
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	81.105	149.426
Outras	64.776	36.624
	460.147	592.752
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(273.821)	(190.821)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(3.909)	(1.764)
Encargos de variação monetária - Forluz	(12.453)	(24.521)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(109.348)	(129.531)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(100.341)	(1.284.247)
Variação monetária de P&D e PEE	(28.100)	(26.827)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(19.682)	(14.238)
Outras variações monetárias	(26.878)	(20.191)
Outras	(65.827)	(27.304)
	(640.359)	(1.719.444)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(180.212)	(1.126.692)

	Jul a Set/2023	Jul a Set/2022
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	45.081	51.858
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(8.602)	(9.807)
Acréscimos moratórios de contas de energia	64.255	70.822
Variações monetárias	8.552	4.510
Variação monetária depósitos judiciais	13.722	12.720
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	-	10.247
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	-	38.210
Outras	36.813	17.146
	159.821	195.706
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(125.904)	(77.809)
Amortização do custo de transação (Nota 18)	(1.901)	(890)
Encargos de variação monetária - Forluz	(1.998)	(2.588)
Variações cambiais de Itaipu	(2.466)	(14.547)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 18)	(24.330)	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(32.160)	(61.608)
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	(10.973)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(8.800)	(10.619)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 15)	(6.579)	(4.727)
Outras variações monetárias	(17.476)	(8.376)
Outras	(26.663)	(3.077)
	(259.250)	(184.241)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(99.429)	11.465

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida. Os valores correspondentes à devolução aos consumidores foram homologados pela Aneel e incorporados nos reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	72	70	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	1.705	4.634	30.486	28.488	24.438	25.566	(242.395)	(220.252)
Aliança Geração	2.384	4.070	11.407	11.366	35.878	40.020	(95.504)	(90.651)
Norte Energia	-	-	32.012	30.263	-	-	(205.732)	(189.646)
Taesá	-	-	8.838	10.891	-	-	(97.864)	(90.525)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Retiro Baixo	366	1.046	-	-	4.053	4.483	(4.772)	(4.399)
Cemig Sim	54	-	-	-	754	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.286	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	292	108	-	-	891	-	-	-
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	13.157	10.874	-	-	(77.951)	(63.893)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	39.407	36.558	-	-	133.074	121.767	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	14.225	26.483	-	-	(35.163)	(30.810)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	203	2.565	-	-	(134)	(431)
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	-	-	-	-	(15.194)	(3.024)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.336.345	1.183.846	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	56.074	46.948	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	247.316	278.552	-	-	1.914	5.618	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.052	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	125.836	143.863	-	-	(126.172)	(129.770)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (7)	-	-	-	-	-	-	(38.672)	(38.110)
Custeio administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(21.608)	(19.529)
Arrendamento operacional (9)	-	-	18.686	18.686	-	-	(18.443)	(17.080)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (6)	-	-	1.227.428	1.245.553	-	-	-	-
Arrendamento operacional (9)	129.364	133.724	131.252	132.151	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	158.212	151.833	-	-	(211.877)	(208.506)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (10)	-	-	2.299.863	2.283.748	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo auído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Referem-se aos contratos de mútuo firmados, em 10 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 07 de junho de 2023, acrescidos de juros nos montantes de R\$6.657 mil e R\$8.538 mil, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora. Os mútuos obtiveram anuência da Aneel;
- Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 20);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 20).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2023	Jan a Set/2022
Remuneração	9.119	7.706
Participação nos resultados	1.262	1.899
Previdência privada	970	833
Planos de saúde e odontológico	60	89
Seguro de vida	13	26
Total (1)	11.424	10.553

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	30/09/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		679	679	39.581	39.581
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)		3.616.823	3.616.823	3.138.398	3.138.398
Fundos vinculados		23	23	1.444	1.444
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		960.073	960.073	944.090	944.090
Reembolso de subsídios tarifários		187.180	187.180	153.402	153.402
Depósitos vinculados a litígios		662.445	662.445	651.279	651.279
		5.427.223	5.427.223	4.928.194	4.928.194
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	947.975	947.975	356.842	356.842
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	76.222	76.222	30.587	30.587
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	54.013	54.013	64.208	64.208
Letras financeiras - bancos	2	115.583	115.583	144.798	144.798
Debêntures	2	1.498	1.498	1.595	1.595
		247.316	247.316	241.188	241.188

	Nível	30/09/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.678.646	1.678.646	1.369.652	1.369.652
		2.873.937	2.873.937	1.967.682	1.967.682
		8.301.160	8.301.160	6.895.876	6.895.876
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		(6.099.168)	(6.099.168)	(4.575.998)	(4.575.998)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		(96.662)	(96.662)	(182.140)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(384.392)	(384.392)	(396.483)	(396.483)
Fornecedores		(1.873.634)	(1.873.634)	(1.929.723)	(1.929.723)
Arrendamentos		(288.156)	(288.156)	(259.873)	(259.873)
		(8.742.012)	(8.742.012)	(7.344.217)	(7.344.217)

As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos

reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

As informações sobre a metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/09/2023		31/12/2022	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(50.095)	(250.857)	(52.440)	(273.618)
Passivo líquido exposto		<u>(250.857)</u>		<u>(273.618)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de setembro de 2024 será uma desvalorização de 0,95% (R\$4,96). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real em um cenário adverso:

Risco - Exposições cambiais	30/09/2023	30/09/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,96	Cenário adverso Dólar R\$5,97
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(250.857)	(248.472)	(299.069)
Passivo líquido exposto	<u>(250.857)</u>	<u>(248.472)</u>	<u>(299.069)</u>
Efeito líquido da variação cambial		<u>2.385</u>	<u>(48.212)</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de setembro de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/09/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	947.975	356.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	247.995	280.769
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	960.073	944.090
	2.156.043	1.581.701
Passivos		
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(3.024.004)	(1.317.792)
Passivo líquido exposto	(867.961)	263.909

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2024, a taxa Selic será de 9,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento na taxa. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	30/09/2023	30/09/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 9,75%	Cenário adverso Selic 12,75%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	947.975	1.040.403	1.068.842
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	247.995	272.175	279.614
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11b)	960.073	1.053.680	1.082.482
	2.156.043	2.366.258	2.430.938
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (Nota 18)	(3.024.004)	(3.318.844)	(3.409.565)
Passivo líquido exposto	(867.961)	(952.586)	(978.627)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(84.625)	(110.666)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de setembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/09/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.678.646	1.369.652
	1.678.646	1.369.652
Passivos		
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.108.551)	(3.283.833)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(96.662)	(182.140)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(384.392)	(396.483)
	(3.589.605)	(3.862.456)
Passivo líquido exposto	(1.910.959)	(2.492.804)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,14% e a taxa de IGPM será de 3,06% em 30 de setembro de 2024, a Companhia fez uma análise de sensibilidade do efeito no resultado em um cenário adverso, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	30/09/2023	30/09/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,14% IGPM 3,06%	Cenário adverso IPCA 6,42% IGPM 4,68%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11a)	1.678.646	1.748.142	1.786.415
	1.678.646	1.748.142	1.786.415
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(3.108.551)	(3.237.245)	(3.308.120)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(96.662)	(100.664)	(102.868)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(384.392)	(400.306)	(409.070)
	(3.589.605)	(3.738.215)	(3.820.058)
Passivo líquido exposto	(1.910.959)	(1.990.073)	(2.033.643)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(79.114)	(122.684)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas (*)						
Empréstimos e debêntures	49.394	321.923	853.904	5.921.641	-	7.146.862
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	11.009	22.150	67.665	-	-	100.824
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.871	9.802	45.157	261.830	247.135	568.795
	65.274	353.875	966.726	6.183.471	247.135	7.816.481
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.693.829	179.801	4	-	-	1.873.634
	1.759.103	533.676	966.730	6.183.471	247.135	9.690.115

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 15.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 18.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2023	31/12/2022
Total do passivo	18.802.065	18.307.385
Caixa e equivalentes de caixa	(983.161)	(440.700)
Títulos e valores mobiliários	(247.995)	(279.717)
Passivo líquido	17.570.909	17.586.968
Total do patrimônio líquido	8.762.261	7.105.260
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,01	2,48

28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Cíveis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontra-se pendente somente a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias do período de janeiro a setembro de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 28 às informações intermediárias, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP -014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP- 259468/O

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PELOS DIRETORES

Declaramos para os devidos fins, que, em 7 de novembro de 2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a setembro de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a setembro de 2023. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Informações Contábeis Intermediárias.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 7 de novembro de 2023, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a setembro de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de janeiro a setembro de 2023. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2023.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição